



Carta das juventudes: sonhos para o Brasil de 2050

A “Carta das Juventudes: Sonhos para o Brasil de 2050” é, antes de tudo, um testemunho vibrante da força participativa de adolescentes e jovens brasileiros e de seu compromisso com a construção do futuro do nosso país. Fruto de uma valiosa parceria entre o Ministério do Planejamento e Orçamento e o UNICEF, essa iniciativa inovadora abriu caminhos para que as vozes das juventudes ecoassem, com autenticidade e profundidade, nos debates que delineiam a Estratégia Brasil 2050.

Ao longo de um processo marcado pela escuta ativa e respeitosa, jovens oriundos das cinco macrorregiões do Brasil foram convidados a compartilhar sonhos, inquietações e propostas. Por meio de uma oficina cuidadosamente estruturada, esses adolescentes puderam expressar aquilo que vislumbram para o país em 2050 e como se enxergam nesse futuro. O engajamento foi além da participação formal: adolescentes e jovens estiveram presentes e atuantes em 14 dos 16 diálogos estaduais realizados no âmbito da Estratégia Brasil 2050, além de protagonizarem rodas de conversa que permitiram uma compreensão mais profunda de suas aspirações e de sua relação com o Brasil que desejam.

A Carta simboliza um compromisso intergeracional, marcado por discernimento e esperança. Seus relatos revelam um diagnóstico do presente e o desejo por um Brasil mais justo, inclusivo e sustentável. Esse processo não teria sido possível sem a mobilização de diferentes atores e a abertura institucional para o diálogo, reconhecendo a juventude no seu exercício de cidadania como interlocutora legítima e agente de transformação.

Ao reunir o mosaico de vozes, experiências e perspectivas, a Carta reforça a democracia participativa e plural. É um convite à reflexão e à ação, para que o planejamento de longo prazo do nosso país seja verdadeiramente pautado pelo olhar e pelo protagonismo das novas gerações.

Apresentamos este documento como parte essencial da Estratégia Brasil 2050. Que ele inspire decisões e políticas capazes de honrar os sonhos aqui reunidos, reafirmando que o Brasil de amanhã começa a ser construído hoje, com a coragem, a criatividade e a esperança de sua juventude.

Prezadas e prezados tomadores de decisão,

Se vocês estão lendo esta carta, certamente é porque querem – e podem – fazer o melhor para o Brasil. Somos um grupo de adolescentes e jovens de todas as regiões do país, mobilizados em 2025 pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e o UNICEF, em parceria com a organização não governamental Girl Up Brasil, para contribuir com a Estratégia Brasil 2050. Consideramos que a possibilidade de dialogar com vocês hoje representa um momento histórico, um marco no exercício democrático que contempla o direito à participação de adolescentes.

Com idades entre 14 e 20 anos, nosso grupo se articulou para participar das consultas estaduais, da oficina virtual e das rodas de conversa com autoridades, realizadas entre abril e junho de 2025. Foi preciso negociar



com nossas escolas e faculdades, nosso estágios e primeiros empregos, para conseguirmos ocupar esses espaços seguros de consulta. Tivemos a oportunidade de falar por nós e pelos nossos. Entretanto, quantos jovens ainda não alcançam espaços de diálogo como este?

Nossas vozes têm o mesmo valor que as de especialistas e autoridades. São falas de quem vive o Brasil real e plural. Esse grupo reflete a diversidade étnico-racial e de gênero, já que inclui indígenas, quilombolas, moradores das periferias urbanas, de pequenos municípios do interior e de zonas rurais, da Amazônia, do Semiárido, das comunidades ribeirinhas e das ilhas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+.

Participar dessa estratégia de planejamento de longo prazo é nosso direito, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Dependemos de políticas públicas de qualidade para adquirir as habilidades fundamentais para o nosso desenvolvimento pessoal e coletivo, ou seja, para que o país possa crescer e prosperar. Portanto, nossa realidade é uma fonte de conhecimento para planejar e monitorar políticas públicas no presente e no futuro.

Não falamos apenas por nós mesmos. Nossa vivência em coletivos, projetos sociais, organizações comunitárias e não governamentais, grupos colaborativos e Núcleos de Cidadania de Adolescentes (NUCAs) nos coloca em contato regular com outros adolescentes e jovens, educadores sociais e ativistas, e afia nossos instrumentos para pensar quem somos, onde vivemos e o que queremos para a nossa geração.

Inúmeros adolescentes ainda não sabem que existem esses movimentos e não têm acesso a espaços de participação cidadã para fazer valer seus direitos. Em nossas trajetórias, participar desses coletivos foi um abrir de olhos que mudou completamente a forma como entendemos nosso lugar no mundo. Foi um processo de educação para a cidadania que, infelizmente, não temos em nossas escolas e raramente encontramos nas nossas famílias e comunidades, que nem sempre entendem o porquê de estarmos fazendo este debate.

A falta de coletividade é um desafio; não é fácil encontrar pessoas engajadas. E toda mudança requer engajamento individual e coletivo, além de depender de uma educação transformadora que aconteça não apenas nos grandes centros urbanos, como também em pequenas cidades e em comunidades rurais.

É estranho pensar que, embora estejamos aqui, falando de direitos, sentimos na pele as falhas das políticas públicas, o que exige de nós uma enorme resiliência. Infelizmente, entre nós, não são poucos os casos de racismo, machismo, violência no trajeto até a escola, negligência médica, falta de acesso a água e saneamento, pouca infraestrutura nos bairros, ausência de cultura, de esporte e lazer, precariedade no ensino, longos períodos sem professores de matérias fundamentais, como Língua Portuguesa e Matemática, exclusão de pessoas com deficiência e neurodivergentes, preconceito por sermos quem somos e intolerância religiosa.

Percebemos que essa realidade dificilmente chega ao conhecimento dos governantes. Apesar disso, temos que seguir em frente, com todas as barreiras, para ecoarmos as vozes das pessoas mais prejudicadas pelas desigualdades sociais e, dessa forma, contribuirmos com a mudança necessária. Por outro lado, reconhecemos que somos minimamente privilegiados neste país desigual por termos, hoje, interlocutores nesta conversa sobre o presente e o futuro e a oportunidade de sair da bolha de ignorância. Só que isso não deveria ser um



privilégio, e sim um direito, certo?

O acesso a direitos é menor, a depender de fatores geográficos, étnico-raciais e de gênero. Meninas, por exemplo, têm pouco tempo livre, devido ao acúmulo de responsabilidades de cuidado com a casa e os familiares. A dignidade menstrual é algo distante com a falta de insumos, água e banheiros adequados para o manejo da menstruação. A desigualdade no acesso a direitos é estrutural e institucionalizada no Brasil, cuja história foi fundamentada na violência contra pessoas escravizadas.

Foi extremamente interessante refletir sobre o que o Brasil nos oferece – ou nos desafia – para chegarmos a 2050, aproveitando nosso potencial de saúde, aprendizado, com proteção e oportunidades de desenvolvimento. Seremos nós os tomadores de decisão? Pensar o futuro daqui a 25 anos é bastante complexo. Como fazer essa projeção quando boa parte de nossa geração e de nossas famílias ainda não acessam os direitos básicos previstos na Constituição de 1988?

Temos atuado para alcançar a justiça climática e a demarcação dos povos indígenas. De que adiantaria planejar os direitos de crianças e adolescentes para daqui a 25 anos se não tivermos planeta para viver? Antes e depois da COP30, é fundamental fazer um trabalho coletivo em torno das questões ambientais e indígenas.

Como ter esperança em um futuro melhor, quando se chega em casa depois de duas horas e meia de ônibus e, ao olhar no WhatsApp, lemos que mais um jovem negro foi assassinado, mais uma pessoa trans foi morta, mais uma menina foi violentada? E sem recursos para almoçar todos os dias, nos viramos para conciliar trabalho e estudo, saindo de casa às cinco da manhã e voltando às oito da noite, ainda com energia para conduzir atividades comunitárias, como oficinas para crianças e adolescentes. A cultura é o que nos faz seguir vivos, com desejo de tocar em frente e entender quem somos. Políticas culturais não podem ser desvalorizadas.

Temos sonhos para o futuro, mas eles ainda esbarram na realidade da extrema pobreza em um país desigual, marcado pela concentração de renda. Não teremos avançado nada se, em 2050, ainda houver crianças e adolescentes passando fome.

Proibiram celulares nas escolas, porém sem conversar conosco sobre alternativas. A tecnologia digital é uma realidade que precisamos dominar e deve fazer parte de uma educação de qualidade. É angustiante ver o número de estudantes matriculados diminuir do primeiro para o terceiro ano do Ensino Médio. Faltam professores – e apoiamos a luta dos educadores por melhores condições de trabalho.

A falta de água e saneamento básico limita a qualidade de vida da população. Essa é uma questão que demanda investimento em infraestrutura. No entanto, alguns prefeitos acabam optando por construir uma quadra ou uma ponte, obras que dão mais visibilidade do que resolver o saneamento básico. Morar perto de um rio não garante acesso a água por falta de tratamento.

As Unidades Básicas de Saúde não são espaços amigáveis. Há um excessivo julgamento, o que afasta a gente de possíveis recursos para promover a saúde sexual e reprodutiva. E a saúde mental deveria ser prioridade absoluta, considerando os casos de ansiedade, lesões autoprovocadas ou, mais graves, de ideações suicidas. Seria possível promover saúde mental também nas escolas? Infelizmente, estamos distantes da implementação



da lei que determina a presença de profissionais de psicologia e assistência social nas escolas.

Como esperar?

Construir um bom futuro é viabilizar todos os dias o que está na Constituição, com políticas públicas garantindo os direitos básicos na vida das pessoas. Ao imaginar o amanhã, nos comprometemos a contribuir para alcançar um Brasil mais equitativo, que valorize a diversidade e invista em educação e meio ambiente, um país em que crianças e adolescentes sejam ouvidos e protegidos.

O caminho até 2050 requer estudo, conhecimento e participação ativa em áreas relevantes. É preciso inovar, valorizando a contribuição de adolescentes e jovens e transformando essas conversas simbólicas em ações concretas.

O Brasil que queremos daqui a 25 anos é mais inclusivo, com territórios indígenas demarcados, com a proteção da biodiversidade, com a recuperação da qualidade do ar e do solo para uma produção de alimentos saudável – livre de agrotóxicos –, e com uma democracia viva. Nesse Brasil de 2050, povos indígenas têm acesso à saúde, com respeito à sua visão de mundo, suas crenças e sua concepção de bem viver. As pessoas com deficiência contam com políticas públicas inclusivas de educação e com recursos acessíveis para ter saúde, envolvendo a saúde mental. E a gente tem paz.

Nosso Brasil em 2050 é um país onde as mulheres têm a chance de realizar seus desejos e sonhos. O impacto do seu trabalho de cuidado não remunerado é reconhecido e se implementam políticas públicas para se enfrentar a desigualdade de gênero. É preciso conscientizar sobre essa questão desde a infância, para que homens e meninos apoiem a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Em 2050, o Parlamento é mais diverso e representantes de diferentes grupos (pretos, mulheres, indígenas, quilombolas) podem legislar com base nas próprias vivências e dificuldades. Essa diversidade leva a leis e políticas públicas mais eficazes e a uma melhor distribuição de recursos para aqueles que mais precisam.

Desejamos que o nosso país tenha evoluído na educação ambiental e na educação como um todo. Não há como ter educação de qualidade sem abordar mudanças climáticas e território. Hoje ainda temos uma educação embranquecida. Por isso as pessoas que não crescem em comunidades tradicionais não percebem a importância da justiça ambiental e da justiça para os povos indígenas. O racismo é uma realidade, inclusive nas escolas. O letramento político e racial é crucial para um voto consciente e para fomentar a participação de jovens nos espaços de debate.

Estamos atuando em várias frentes para que o Brasil esteja mais receptivo às próximas juventudes. Alguns de nós ocuparão cargos de decisão nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – e nos comprometemos a valorizar espaços de diálogo e a transformar ideias em prática. Também vemos esses jovens tendo concluído cursos de direito, medicina, psicologia, comunicação, entre outros, mantendo o engajamento na defesa dos direitos de quem não está no centro das discussões.

Esperamos influenciar as gerações futuras para que, como nós, não se calem diante das diversas formas de



violência. O Brasil de 2050 deve ser verde, justo, solidário e equitativo, com uma democracia firme e forte, ética e consciente, inclusão digital e valorização das comunidades tradicionais.

A participação cidadã é um caminho vital para um futuro melhor, especialmente em um país que passou por uma ditadura. A redemocratização e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tiveram a participação juvenil como base e reforçaram o direito à participação como libertador de preconceitos e regulador de outros direitos. A participação cidadã deve considerar as diversas formas de expressão de crianças e adolescentes, tendo em vista abandonar a visão adultocêntrica. Não podemos aceitar retrocessos na gestão de políticas públicas inclusivas, nem tampouco na garantia da participação cidadã de adolescentes e jovens. É preciso manter vivo o princípio “nada para nós sem nós”, com nossas vozes ouvidas e validadas.

O primeiro contato com o direito à participação e o conhecimento do ECA em coletivos, núcleos e grupos informais nos leva a instâncias mais formais de participação, como o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda) – além de outros conselhos, conferências, audiências públicas e reuniões estratégicas –, e nos permite ampliar nossa rede de apoio. Assumimos o compromisso de preparar outros jovens para uma participação cidadã ativa, buscando fortalecer a representação juvenil em espaços de debate e decisão em nossos municípios. Seguimos abertos para o diálogo com as gerações que vieram antes, bem como com as que virão depois, entendendo nossa responsabilidade com o Brasil que queremos em 2050 e além. Podemos contar com vocês?

Brasília, 30 de junho de 2025

